

## A CASA DE SERGIPE E A INVENÇÃO DA HISTORIOGRAFIA SERGIPANA

MAGNO FRANCISCO DE JESUS SANTOS\*

Este Instituto é o trôno, o abrigo, a canção e o poema, dos grandes sergipanos que aqui encontraram a eternidade merecida!... É Sergipe penitenciado no tempo, nos altares da nossa Justiça e da nossa História, resando a oração em louvor aos seus filhos, os que passaram alumiando e sofrendo, elasticendo a pequenina pátria no seio do Pensamento brasileiro! (RIBEIRO, 1965: 30)

As palavras proferidas por Freire Ribeiro na Sessão Solene de seis de agosto de 1962, ocasião em que se comemorava o cinquentenário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, reafirmam os propósitos originais da instituição, que credenciava a Casa de Sergipe<sup>1</sup> como lugar de memória, guardiã das tradições locais. O intelectual buscava reavivar os preceitos estabelecidos em 1912, ocasião em que foi fundada a mais importante instituição cultural sergipana da primeira metade do século XX, mostrando que ali eram cultuadas as principais personalidades, “os grandes homens” do Estado. Era o centro em que se cultuava a memória.

Sob a ótica do sócio do sodalício, a Casa de Sergipe, ao longo de seu cinquentenário, buscou cumprir a sua missão penitencial, de reverter o quadro desolador em que os intelectuais do menor estado do país eram sufragados ao esquecimento, sem culto, sem elevação, sem homenagens. Assim, a partir de 1912 o IHGSE teria se tornado órgão cultor da memória dos intelectuais sergipanos e disseminador das glórias de seu passado.

Todavia, o que mais desperta a atenção no texto comemorativo de Freire Ribeiro é a preocupação em registrar que o IHGSE tinha penitenciado Sergipe no tempo, na Justiça e na História. Isso implica em uma constatação que vai além do campo da retórica, explicitando a relevância cultural da instituição extrapolando as questões acadêmicas e reafirmando os anseios políticos do seu tempo. A Casa de Sergipe nascera sob a incumbência de reavivar no

---

\* Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense, com bolsa CAPES. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e membro da Diretoria da ANPUH/SE.

<sup>1</sup> O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe desde os primeiros anos após a fundação era denominado pelos seus consortes de “Casa de Sergipe”, evidenciando a proposição do centro cultural em se tornar o abrigo da memória do passado sergipano.

seu próprio Estado os embates acerca da constituição da ciência que direcionaria as interpretações de um país reinventado, de uma nação que deveria submergir do atraso a modernidade.

No tocante a penitência no tempo, Freire Ribeiro buscou evidenciar que o IHGSE foi fundado em um novo contexto, em tempos de ciência e razão. Antes de tudo, o IHGSE teria sido fruto da confluência de ideias emergentes no alvorecer da República. Pode-se inferir que a fundação do Instituto ocorreu no período em que prevalecia a profusão de ideias voltadas para a constituição de centros de ciência em diferentes cidades do Brasil, provocando uma relativa descentralização dos embates acerca do destino do país.

Nesse sentido, a penitência no tempo evidenciava que somente no período republicano Sergipe conseguira instituir um centro cultural capaz de aglutinar os seus principais intelectuais e evitar que permanecesse como exportador de talentos. A Casa de Sergipe poderia reverter o quadro de evasão da intelectualidade local para o Sul, pois como afirmou Gonçalo Rollemberg Leite, “os escritores sergipanos que têm conseguido renome nacional, só o obtiveram, mudando-se para o centro Sul do país, ou mais acentuadamente para o Rio de Janeiro, salvo as exceções de Tobias Barreto, em Recife, e Gumersindo Bessa, que por aqui ficou” (LEITE, 1967: 17).

Essa leitura profícua nos leva a constatar que no alvorecer do século XX a intelectualidade sergipana compartilhava de uma cultura política republicana. Foi o momento decisivo para a articulação da intelectualidade e constituição de um campo de embates nas “terras de Serigy”, assim como já vinha ocorrendo em outros estados<sup>2</sup> da federação. Assim, pode-se afirmar que sob a ótica cultural, Sergipe passava a ser visto sob dois momentos distintos. No primeiro, fruto de uma política centralizadora, Sergipe aparecia como uma terra exportadora de talentos que atuavam nas mais prósperas cidades do Império brasileiro, como Recife, Salvador e, principalmente, Rio de Janeiro. No segundo momento, Sergipe passou a ter uma instituição que congregasse os intelectuais e que direcionasse as discussões sobre as questões históricas, geográficas e sociais no âmbito local. Isso significaria a conquista da

---

<sup>2</sup> Segundo Ibarê Dantas, no período imperial foram fundados institutos históricos em apenas três províncias: Pernambuco em 1862, Alagoas em 1869 e Ceará em 1887. A difusão dos institutos regionais teria ocorrido somente no alvorecer do período republicano, com a criação de instituições congêneres na Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte e Paraíba (DANTAS, 2012: 23).

emancipação cultural de Sergipe frente aos demais estados, pois no entender de Samuel Barros de Medeiros Albuquerque:

Tribunal da Relação, Aracaju, 6 de agosto de 1912. Um grupo de pouco mais de vinte intelectuais fundava o “Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe”. Sob a minha lupa, esse é o fato que melhor representa o processo de emancipação cultural de Sergipe, pois o IHGSE foi o *locus* original dos debates sobre a Sergipanidade (ALBUQUERQUE, 1912: 7).

No tocante aos diferentes tempos, a assertiva apresentada por Freire Ribeiro elucida uma releitura a respeito da Primeira República brasileira, especialmente em Sergipe. Nos últimos anos, a historiografia brasileira vem rediscutindo a política cultural adotada ao longo dos quatro primeiros decênios do século XX, evidenciando outra perspectiva a respeito do período, inclusive a historicização do termo “República Velha”, criado e difundido pelos ideólogos associados ao Estado Novo. Para esses intelectuais, os primeiros decênios republicanos teriam sido marcados pela desestruturação administrativa, descentralização política, violência e corrupção nos processos eleitorais, além do caos na gestão das políticas culturais, marcadamente europeizante.

De acordo com Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu,

A Primeira República, para seus críticos, teria também sido fraca e incompetente culturalmente, pois havia buscado um ideal nacional imitativo das nações mais civilizadas, não investindo na valorização de gêneros populares e nacionais. A Primeira República era mesmo “velha” por não ter rompido com antigos cânones literários, artísticos e musicais elitistas, ligados à música universal e eurocentrista. Seus políticos e intelectuais não teriam conseguido associar as manifestações populares, suas peculiaridades e potencialidades, à identidade da nação e da arte brasileiras. As críticas ao liberalismo político da Primeira República se irradiaram para o mundo cultural pela sua associação aos valores europeus, distantes de nossas originalidades e tradições populares (GOMES, 2009: 10).

Na perspectiva defendida pelas historiadoras, um olhar mais aguçado sobre a Primeira República pode revelar uma situação totalmente díspar em relação à leitura realizada pelos intelectuais ligados ao Estado Novo. Desse modo, o período compreendido entre 1889 e 1930 não seria o tempo da desordem, do caos e da desarticulação político e cultural, mas sim uma época em que se empreenderam mudanças significativas em tais campos, como a

articulação da elite política nos processos eleitorais e a preocupação de intelectuais em “valorizar os costumes populares” (GOMES, 2009: 13). Nesse sentido, a Primeira República também teria provocado a invenção de uma nação brasileira, levando-se em consideração que:

Na Primeira República, diversos agentes sociais, como intelectuais, professores, maestros, músicos populares e o variado público dos teatros e festas populares, formado por setores médios e trabalhadores, experimentaram, em meio a muitos conflitos, a construção da nação – e também da nação republicana – em termos culturais. Era inteiramente possível que músicos e grupos carnavalescos populares identificassem suas músicas e blocos às glórias nacionais, ou que lideranças negras usassem os símbolos republicanos como forma de luta e valorização de suas expressões culturais e identidades, negras e brasileiras. Os investimentos de intelectuais na educação elementar, na valorização do folclore, na construção de uma arte e música republicanas, na produção de heróis e na própria divulgação de uma história republicana precisam ser vistos sem as poderosas lentes de uma cultura história produzida durante o Estado Novo (GOMES, 2009: 13).

Foi esse novo momento histórico do país, do Brasil República, que teria ocorrido a segunda penitência de Sergipe, nesse caso, perante a Justiça. Foi somente no período republicano que emergiu uma preocupação em vangloriar a memória dos heróis do passado. No caso sergipano, ao raiar do novo século, os heróis eram os intelectuais que havia se proliferado pelo país, disseminando polêmicas na esfera acadêmica. A fundação do IHGSE viria sanar a ineficiência dos sergipanos em reconhecer os seus conterrâneos ilustres, os grandes nomes de sua constelação intelectual. Faltava em Sergipe uma instituição que exercesse o papel de reverenciar os seus “filhos que elasteceram a pátria sergipana”.

A partir de 1912, Sergipe passava a ter uma instituição responsável pela preservação da memória e celebração dos heróis acadêmicos que engrandeceram o nome do menor estado da federação a nível nacional. Com isso, nomes como Tobias Barreto, Sílvio Romero e Fausto Cardoso passavam a ser lembrados, a ocupar o trono da casa de ciência e memória dos sergipanos. Essa preocupação foi ressaltada no discurso de fundação do IHGSE, ocasião em que Florentino Telles de Menezes foi enfático:

A fundação do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe não pode por mais tempo ser adiada. Fallar sobre a sua importância torna-se quasi desnecessário; todos vós sabeis e melhor do que eu. Sergipe não tem um instituto ou uma instituição scientifica com que distinga seus grandes

homens. Todos os nossos talentos são condecorados pelas sociedades estrangeiras ou de outros Estados. Dahi o marasmo, a falta de estímulo que existe em nossa terra, não porque nos falem gênios, mas porque estes se apagam sem reflexo, victimas do meio como a voz se extingue nas planícies desertas, aos poucos, sem echo (MENEZES, 1913: 10).

Na assertiva apresentada pelo fundador do IHGSE, percebe-se a preocupação em se constituir uma casa de ciência em terras sergipanas. O discurso da cientificidade esteve impregnado nos textos produzidos pelos intelectuais brasileiros ao longo da Primeira República. O processo de modernização do Brasil passaria pelos embates científicos a respeito da civilização. No entender de Ângela de Castro Gomes,

A chamada República “Velha”, portanto, foi um “tempo” de intensa busca de modernidade(s), que não era singular, mas plural, pois diferentes e concorrentes eram os projetos de modernização. De toda forma, no interior dessa variedade, um ponto era praticamente consensual: o Brasil não seria moderno, não se tornaria um país civilizado, sem o auxílio da ciência, o novo e fundamental instrumento para qualquer tipo de progresso da humanidade (GOMES, 1912: 22).

Percebe-se que as preocupações com a ciência não eram exclusivas da intelectualidade local, mas compartilhadas pelos membros das principais instituições acadêmicas do país. Essa constatação nos leva a pensar que esses atores sociais do início do século XX estavam imbuídos de uma mesma cultura política, possuidora de uma leitura comum de passado e de um projeto comum de futuro. Esse projeto de futuro era pautado na construção de uma civilização no Brasil.

Por fim, destaca-se a penitência diante da História. A polissemia do termo História nos aponta para diferentes possibilidades de interpretação. Todavia, nos atentaremos para a questão da escrita da história, ou seja, a produção do conhecimento histórico. Além de ser um centro cultural cultor da memória, do passado sergipano, o IHGSE também se consolidou ao longo do século XX como uma das principais instituições produtoras e divulgadoras da história local. Tais elementos constituíam as finalidades centrais do primeiro estatuto aprovado pelo IHGSE, em 1912.

§ 1º Verificar, colligir, archivar e publicar os documentos, memorias e chronicas relativos relativas às datas históricas, à distribuição geographica, às curiosidades archeologicas, ao folk-lore, a ethnographia e língua dos

indígenas a tudo que possa concorrer para a História do Brasil e especialmente a de Sergipe.

§ 2º Escrever biographias de nacionaes e estrangeiros, que se assignalaram por serviços prestados a Sergipe.

§ 3º Corresponder-se com as Academias e Sociedades litterarias e scientificas, quer do paiz, quer do estrangeiro.

§ 4º Publicar trimensalmente uma Revista, sob o título de “Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe”, contendo as Actas das sessões, discursos, nomes dos sócios admittidos e trabalhos litterarios referentes aos fins do Instituto.

§ 5º Organizar um muzeu de História – archeologia, artes, usos e costumes dos indígenas, bem como objectos que tenham pertencido aos homens mais notáveis do Brazil.

§ 6º Organizar uma biblioteca (IHGSE, 1913: 16).

O estatuto elaborado por Manoel Caldas Barretto Netto, Florentino Telles de Menezes e Alfredo Cabral elucidam as questões atinentes à memória e a escrita da História. O passado sergipano passou a ser o principal eixo articulador das ações dos consortes da Casa de Sergipe após a fundação. A instituição abrigada no prédio do Tribunal da Relação passaria a ser a guardiã da documentação histórica de Sergipe. Percebe-se que entre os setores que foram criados pelo estatuto, destacam-se o arquivo, o museu e a biblioteca, todos eles voltados para a preservação da memória do estado e de seus filhos tidos como ilustres.

O estatuto também é o primeiro registro documental que cita a criação da Revista do IHGSE, que ainda na primeira metade do século XX se legitimou como o principal veículo de divulgação dos estudos sobre Sergipe, especialmente no tocante a História e Geografia. Todavia, de acordo com o parágrafo quarto do primeiro artigo, a função primordial da revista seria a de publicar a documentação produzida pelo próprio instituto, como atas e discursos proferidos pelos sócios do sodalício. Contudo, pode ser observada outra faceta do periódico, que desde os primeiros números buscou atender as demandas científicas, como a publicação de documentos históricos e textos acadêmicos.

Essa prerrogativa já estava presente na obra inaugural dos estudos históricos com conotação científica em Sergipe, de Felisbello Freire, ao afirmar na introdução de seu livro que “as exigencias da orientação scientifica moderna, difficultam consideravelmente o encargo de escrever a historia de um povo” (FREIRE, 1891: 11). A principal exigência que dificultava a escrita da história local, sob a ótica do Heródoto sergipano era a escassez de fontes ou a

dificuldade de localização das mesmas. No prefácio de seu livro, Freire afirmou em tom de lamento:

Bem sei que a tarefa que tomei a mim está muito além de minhas forças. Sem o recurso de obras já escriptas sobre Sergipe, tendo necessidade de um trabalho paciente e longo na busca de manuscritos e documentos, em seus cartorios e archivos, comprehende-se que me foi preciso muito trabalhar, para offerecer ao publico esta modesta obra (FREIRE, 1891: 8).

Assertivas como essa evidenciam a relevância da primeira síntese da história de Sergipe, pautada no discurso cientificista e da crítica documental. É por isso que os estudiosos da historiografia sergipana apresentam a “História de Sergipe” de Felisbelo Freire como um divisor de águas na investigação histórica local. Desse modo, a historiografia sergipana nascia concomitante ao período republicano, a emergência do novo regime político, e ainda, escrita por um dos principais entusiastas do movimento republicano em Sergipe. Isso nos leva a pensar que a escrita da história local emergiu dentro de uma conjuntura de reinvenção do passado brasileiro, marcadamente republicano e federativo, fazendo com que se tornasse salutar a escrita da historia nacional sob o enfoque da experiência histórica da cada unidade da federação.

Tais embates levaram a uma revisão do papel exercido pelo IHGB na elaboração da história do Brasil. Ao longo do período imperial, o IHGB foi a instituição difusora de “um programa de sistematização de uma história oficial” (SCHWARCZ, 2010: 99), de unificar o país, “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, 2010: 99). Com a eclosão do período republicano, a mais relevante instituição científica do Brasil oitocentista teve que se reinventar, assim como a própria nação brasileira teria que ser recriada, construindo novos heróis, buscando um novo passado, elaborando outros mitos fundadores. Para Ângela de Castro Gomes, a história do Brasil galgou uma nova configuração, pois:

Tornava-se imperativo realizar transformações naquilo que se narrava e no como se narrava a historia do Brasil, negociando com o que já havia sido feito, quer dizer, com o que fora e com o que se escrevera sobre o passado colonial e imperial do Brasil. Mas se durante a monarquia, tratava-se de fortalecer e de legitimar um projeto político centralizador e alicerçado nos

vínculos entre Estado e Igreja, no qual o grande destinatário da narrativa era o próprio imperador, representação simbólica do Estado e de seus súditos, na República os compromissos teriam que ser outros (GOMES, 2012: 13).

Assim, o passado histórico nacional foi produzido levando em consideração as demandas do presente republicano. Foi nessa conjectura que emergiram os estudos com enfoque regional e local, preocupados em estabelecer novos parâmetros para a interpretação da história e geografia brasileiras. O Brasil ressurgia como nação sob o discurso federalista e com isso a história nacional oficial deveria ter espaço para as experiências históricas de cada unidade da federação.

A nível nacional, os primeiros decênios republicanos foram marcados pela fundação de vários institutos históricos estaduais, entre quais o próprio IHGSE. A nível estadual, o nascedouro da República foi concomitante a difusão de uma leitura da sociedade sergipana do passado e do presente. Era a década das corografias, das leituras históricas, geográficas e antropológicas sobre uma região. Essa modalidade de escrita cumpria as exigências do momento, pois consistia na elaboração de uma narrativa pautada em diferentes aspectos (históricos, geográficos e culturais), além de se delimitar ao âmbito regional.

Entre 1886, ano da publicação da primeira obra de cunho corográfico em Sergipe, e 1921 foram produzidas 10 corografias que tratavam do Estado ou de algum município sergipano. Esse dado se torna ainda mais considerável quando recortamos para o período entre 1895 e 1899, pois em apenas quatro anos foram elaborados cinco trabalhos. Isso evidencia que mesmo antes da criação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe já havia um envolvimento dos intelectuais que viviam em Sergipe no tocante aos estudos sobre o estado. Todavia, esse engajamento partiu de um aliciamento da esfera pública, pois o governo do Estado de Sergipe no final do século XIX tinha tornado obrigatório o ensino de História e Corografia de Sergipe nas escolas públicas. A reinvenção da nação brasileira passava pela educação, especialmente o ensino de história. Para Ângela de Castro Gomes, “a história, como disciplina ‘moderna’, afirmava, exatamente pelo tipo de concepção que então se construía e solidificava sobre sua identidade, uma feição que era, ao mesmo tempo, erudita/científica e ensinável/pragmática, indissociavelmente” (GOMES, 2012: 10).

As lideranças políticas do regime republicano apresentaram uma preocupação espacial com a educação, especialmente o ensino primário, que deveria combater o

analfabetismo e fortalecer o regime com a consolidação da democracia. Nas escolas os discursos a respeito da nação e dos grandes homens eram bem semelhantes aos que vigoravam nas instituições de pesquisa científica, como o IHGSE. Prova disso é o pronunciamento do engenheiro Firmo Freire a respeito da educação primária em 1917:

A instrução primaria é, por assim dizer, o primeiro passo para a organização da nossa defesa, porque a instrução primaria é o hymno sabido de cór, é o dever aprendido. Precisamos auxiliar a nossa nacionalidade, consequentemente precisamos ensinar a ler e a contar, precisamos implantar no coração dos moços o mappa do Brasil, se quizermos estimular o sacrifício da vida na fronteira (...). Aqui (escola) se devera fazer o culto dos nossos grandes homens, dos nossos heróis, da nossa bandeira. Aqui devemos aprimorar os nossos bons sentimentos (FREIRE, 1917: 2).

Percebe-se que os discursos apresentavam-se em consonância, tanto na esfera das instituições de ciência, como no âmbito educacional. Por esse motivo é de fundamental importância tentar entender a vinculação dos sócios do IHGSE com as práticas educativas em Sergipe ao longo do século XX, principalmente nos momentos de crise e de reinvenção da nacionalidade, como os anos posteriores a Proclamação da República e a implantação do Estado Novo. Muitos dos intelectuais do início do século acreditavam no poder transformador da cultura e que a educação era o principal ponto de promoção de uma reforma nacional, ou seja, seria uma agencia de construção da civilização. No caso dos praticantes da pesquisa histórica, havia o entendimento de que a história, “diferentemente de outras ciências sociais, possuía uma evidente ‘missão’, fundada em sua capacidade de conhecer o ‘passado comum’ de uma nação e, assim, despertar o amor a pátria de seus cidadãos” (GOMES, 2012: 10).

A história emergia no alvorecer do período republicano com a missão de organizar o passado em função do presente. No caso sergipano, a fundação do IHGSE evidenciava “um projeto da periferia em relação ao centro, um esforço da reafirmação da identidade dos pequenos Estados no bojo da experiência federativa. O IHGS é, pois, um projeto republicano” (FREITAS, 2002: 16).

Ao longo do século XX o instituto sergipano tornou-se o principal centro de produção do conhecimento a respeito da história e da geografia local, mas com grande preponderância dos estudos de cunho histórico. Essa prevalência da história diante da geografia e das ciências sociais na Revista do IHGSE pode ser entendida se nos atentarmos

para a própria concepção de história, principalmente no início do século XX. Para José Carlos Reis, “a história fabrica o real, diz o que é preciso dizer, crer e fazer. Pretendendo dizer o real, ela o fabrica. Ela torna crível o que ela diz” (REIS, 2010: 26).

Seguindo essa perspectiva de análise, pode-se afirmar que a Casa de Sergipe foi a principal “fábrica” de produção do conhecimento sobre o passado sergipano. Se a historiografia sergipana já vinha assumindo contornos científicos e republicanos desde a obra de Felisbello Freire, em 1912 ainda havia a necessidade de uma instituição que reunisse os principais nomes da constelação intelectual sergipense. Isso não significa dizer que no estado não havia grêmios acadêmicos, pois desde os últimos decênios do século XIX foram criadas algumas associações, principalmente gabinetes de leitura. Na principal análise sobre a Revista do IHGSE o historiador Itamar Freitas discorre sobre esse processo:

Especificamente sobre essa última espécie de agremiações, as científico-literárias, pode-se afirmar que não foram prerrogativas do início desse século. Desde as primeiras conferências públicas, instituídas em Aracaju que a capital vinha conhecendo as experiências do Gabinete Literário Sergipano (1871), Gabinete Literário Tobias Barreto (1889), e do Clube Literário 24 de Julho (1898), presidida pelo jovem Laudelino Freire. Epifânio Dória chegou a falar em “calor bibliotecófilo” para justificar a proliferação desse tipo de equipamento no terceiro quartel do século XIX. No início do XX o entusiasmo das “campanhas contra o obscurantismo” continuaram com a instalação do Clube Esperanto (1907), do Centro Literário Educativo (1914) além de outras instituições das quais não se têm notícia sobre o início dos trabalhos como Gabinete Literário de Aracaju e a Sociedade Ensaio Literários. Entretanto, não é difícil perceber que ao se aproximar o final da década de 1910 as atividades associativas na capital foram se tornando cada vez mais intensas e especializadas (FREITAS, 2000: 54).

A culminância desse processo de implantação institucional ocorreu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. No ano seguinte, foi publicado o primeiro número de sua revista, demarcando definitivamente uma nova fase da história intelectual de Sergipe. Como já foi discutido, a difusão dos estudos históricos sobre Sergipe já era uma realidade desde a publicação da “História de Sergipe” por Felisbello Freire e que a primeira década republicana foi marcada pela disseminação de inúmeros estudos a realidade sergipana, sob o enfoque da história, geografia, sociedade e cultura. Assim, é pertinente afirmar que desde os primeiros momentos republicanos houve em Sergipe uma proposta de construção de

uma identidade local alicerçada nos parâmetros do federalismo que predominou ao longo da Primeira República.

Observando por esse ângulo, aparentemente a publicação de uma revista científica não provocara transformações substanciais no quadro intelectual local, levando-se em consideração que já existira previamente uma relativa circulação de estudos a respeito da sociedade sergipana. Por essa linha de raciocínio, o IHGSE teria sido relevante para integrar os intelectuais do estado, por criar um espaço destinado a reunir a elite pensante para celebrar o passado em comum, para discutir os projetos de futuros, para forjar novas identidades.

Além disso, o periódico foi responsável pela consolidação, no campo científico e, especialmente nos embates históricos, dos elementos da sergipanidade. Da mesma forma que as corografias do final do século XIX e início do século XX evidenciavam as “feições” de um estado republicano, a Revista do Instituto construía o sentimento de orgulho da *intelligentsia* local, com as biografias de seus filhos ilustres e reacendia a rivalidade com a vizinha Província Maior,<sup>3</sup> por meio dos calorosos debates a respeito dos limites entre Sergipe e Bahia. Esse sentimento de “sergipanismo” se fez presente desde os primeiros anos do IHGSE. Para José Calasans, historiador sergipano nascido em 1915, a sua “aprendizagem de rebuscador de documentos antigos foi animada pelo exemplo daqueles que, imbuídos de um sadio sergipanismo, procuraram estudar e interpretar o passado sergipano.” (SILVA, 1965: 47).

As biografias de intelectuais e políticos constituíram uma das principais temáticas produzidas pelos sócios do IHGSE e publicados em sua revista. Nas quatro fases do periódico os textos com esse enfoque se fizeram presente, evidenciando que a historiografia sergipana contribuiu significativamente para a perpetuação da memória dos “heróis da inteligência”. Prova disso é que desde os primeiros números a Revista do IHGSE publicou biografias dos principais representantes da *intelligentsia* local. Assim, em 1913, na edição número 2, Prado Sampaio publicou um texto sobre Tobias Barreto, maior expoente da Escola do Recife e ícone central do mito identitário da intelectualidade estadual. Do mesmo biógrafo foi publicado em 1914 um texto sobre Sílvio Romero. Nesse sentido, nos dois primeiros anos da Revista do Instituto foram biografados os dois maiores símbolos da genialidade local.

---

<sup>3</sup> O termo “Província Maior” aparece no Hino de Sergipe, que teve a letra criada por Manoel Joaquim de Oliveira Campos e a música do Frei José de Santa Cecília. O hino foi oficializado pela Assembleia Provincial no dia 5 de julho de 1836. A estrofe que se refere à Bahia consta o seguinte: “Cansado da dependência Com a província maior, Sergipe ardente procura, Um bem mais consolador”.

## Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Emancipação Cultural de Sergipe. *Jornal da Cidade*. Caderno B. Aracaju, 8 de julho de 2012, p. 7.
- BARRETO, Roseane Guimarães. *O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a ideia de Centro Cultural*. São Cristóvão, Monografia (Licenciatura em História) DHI, UFS, 1996.
- DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe, 1912/2012*. São Cristóvão: EDUFS, 2012.
- FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891.
- FREIRE, Firmo. Pronunciamento. *O Estado de Sergipe* .nº 5229. Aracaju, 10/07/1917, p. 2.
- FREITAS, Itamar. *Historiografia Sergipana*. São Cristóvão: Editora UFS, 2007.
- FREITAS, Itamar. A 'Casa de Sergipe': historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-1929). Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado em História). PPGH, UFRJ, 2000.
- GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova "Velha" República: um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo*. Vol. 13, nº 26. Rio de Janeiro, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca; GOMES, Ângela de Castro. *Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Faperj; Civilização Brasileira, 2007.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Vol. 1, nº 1. Aracaju, 1913.
- LEITE, Gonçalo Rollemberg. Expressão cultural de Sergipe. *Revista da Faculdade de Direito de Sergipe*. Nº 12. Aracaju, 1967, p. 5-31.
- MENEZES, Florentino Telles de. O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Vol. 1, nº 1. Aracaju, 1913
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Nº12. São Paulo, 1993.
- NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Provincial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

NUNES, Maria Thétis. O historiador professor José Calasans. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ano 163, n. 414. Rio de Janeiro, 2002, p. 133-136.

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RIBEIRO, J. Freire. Palavras do Acadêmico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 26ª, Vol. 22. Aracaju, 1965.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. História da Historiografia de/em Sergipe (1972-2007). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 37. Aracaju, 2007, p. 15-26.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Historiografia sergipana nos últimos 50 anos: tentativa de avaliação crítica. In: GLEZER, Raquel (org.) *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011, p. 343-360.

SAMPAIO, Prado. Palavras de Início. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 1. Aracaju, 1913, p. 24-25.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. São Cristóvão, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED, UFS, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil*. 9ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Camponeses e criadores na formação social da miséria em Porto da Folha no sertão do São Francisco (1820-1920)*. Niterói, 1981. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 1981.

SILVA, José Calasans Brandão da. O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 26a. Aracaju, 1965